

**Casa Bahia Comercial Ltda. e
Sociedades Controladas**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da Casa Bahia Comercial Ltda.
São Caetano do Sul – SP

Introdução

1 - Examinamos as demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas da Casa Bahia Comercial Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2 - A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3 - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4 - Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

5 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa Bahia Comercial Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

6 - Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Casa Bahia Comercial Ltda. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Informação Suplementar – demonstrações do valor adicionado

7 - Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2015.

Hirashima & Associados
Auditores Independentes
CRC-2SP025496/O-4



Taiki Hirashima
Contador CRC-1SP056189/O-1


Poliana de Oliveira Hespanhol de Andrade
Contador CRC-1SP258022/O-1

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
					Reapresentado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	329.636	321.316	331.303	325.189
Contas a receber	8	1.999	1.801	3.975	2.197
Outros ativos financeiros	9	6.432	17.095	6.432	17.095
Tributos a recuperar	10	14.305	19.908	14.438	20.021
Despesas antecipadas	-	366	79	459	79
Outras contas a receber	12	13.622	14.001	17.701	21.875
Total do ativo circulante		366.360	374.200	374.308	386.456
Não circulante					
Aplicações financeiras	7	-	82.890	-	83.602
Tributos a recuperar	10	86.926	59.248	86.926	59.248
Partes relacionadas	11	86.212	95.232	88.030	86.922
Depósitos judiciais e recursais	19	169.236	213.104	169.236	213.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	307.146	273.913	312.207	276.493
Outras contas a receber	12	4.573	562	4.573	562
Investimentos	13	198.757	197.354	-	291
Propriedades para investimento	14	1.165.244	1.190.951	1.473.524	1.454.460
Imobilizado	15	7.291	6.095	8.195	6.428
Total do ativo não circulante		2.025.385	2.119.349	2.142.691	2.181.110
Total do ativo		2.391.745	2.493.549	2.516.999	2.567.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
					Reapresentado
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	67.087	16.830	67.087	16.830
Receita diferida	-	-	-	160	160
Fornecedores	-	4.085	52.440	4.564	53.152
Adiantamento de Clientes	-	26	-	113	18
Salários e encargos sociais	-	953	800	1.052	853
Valores a repassar	-	53	724	75	1.391
Impostos e contribuições	18	2.898	2.764	3.471	3.240
Dividendos a pagar	-	41.008	200.793	41.008	200.793
Outras contas a pagar	-	2.129	4.499	2.129	4.499
Total passivo circulante		118.239	278.850	119.659	280.936
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	95.373	54.388	95.373	54.388
Receita diferida	-	-	-	1.204	1.364
Impostos e contribuições	18	59.999	37.585	59.999	37.585
Partes relacionadas	11	10.440	-	10.440	-
Provisão para demandas judiciais	19	217.309	160.559	217.309	160.559
Outras Contas a Pagar	-	3.262	3.281	3.262	3.281
Total passivo não circulante		386.383	255.813	387.587	257.177
Patrimônio Líquido					
Capital Social	20	1.953.674	1.953.595	1.953.674	1.953.595
Reserva de capital	-	5.291	5.291	5.291	5.291
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(71.842)	-	(71.842)	-
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Sociedade		1.887.123	1.958.886	1.887.123	1.958.886
Participação dos quotistas minoritários				122.630	70.567
Total do patrimônio líquido		1.887.123	1.958.886	2.009.753	2.029.453
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.391.745	2.493.549	2.516.999	2.567.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil quotas)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Reapresentado					
Receita líquida de locação e prestação de serviços	21	265.237	225.809	301.104	235.382
Lucro bruto		265.237	225.809	301.104	235.382
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais		(1.039)	(312)	(1.042)	(312)
Gerais e administrativas		(182.198)	(83.989)	(210.377)	(92.762)
Pessoal		(175.258)	(494.715)	(176.097)	(494.880)
Honorários da administração		(7.153)	(8.000)	(9.987)	(9.000)
Tributárias		(2.057)	(26.872)	(2.227)	(27.426)
Depreciações e amortizações		(20.371)	(17.215)	(26.016)	(19.305)
Equivalência patrimonial		(3.538)	(19.100)	(537)	(15.429)
Resultado não realizado em operações com controladas		5.232	(50.270)	5.232	(50.270)
Outras receitas operacionais		5.414	529.964	(366)	526.406
		(380.968)	(170.509)	(421.417)	(182.978)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(115.731)	55.300	(120.313)	52.404
Resultado financeiro, líquido	22	10.656	19.840	10.764	19.751
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(105.075)	75.140	(109.549)	72.155
Imposto de renda e contribuição social					
. Corrente	17	-	-	-	(17)
. Diferido	17	33.233	46.860	35.713	49.324
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(71.842)	122.000	(73.836)	121.462
Participação dos quotistas minoritários				1.994	538
Lucro (prejuízo) atribuível a proprietários da Sociedade		(71.842)	122.000	(71.842)	122.000
Milhares de quotas em circulação no final do exercício		1.953.674	1.953.595		
Lucro (prejuízo) por lote de mil quotas do capital social ao final do exercício - R\$		(36,77)	62,45		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Atribuível a proprietários da Sociedade			Total	Participação dos quotistas minoritários	Total
	Capital social	Reserva de capital	Lucros (prejuízos) acumulados			
Em 31 de dezembro de 2012	1.953.595	5.291	-	1.958.886	11	1.958.897
Aumento de capital	-	-	-	-	71.094	71.094
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	122.000	122.000	(538)	121.462
Dividendos a distribuir	-	-	(122.000)	(122.000)	-	(122.000)
Em 31 de dezembro de 2013	<u>1.953.595</u>	<u>5.291</u>	<u>-</u>	<u>1.958.886</u>	<u>70.567</u>	<u>2.029.453</u>
Aumento de capital por acervo líquido advindo da incorporação dos ativos líquidos da CSCM	79	-	-	79	-	79
Aumento de capital	-	-	-	-	54.057	54.057
Prejuízo do exercício	-	-	(71.842)	(71.842)	(1.994)	(73.836)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>1.953.674</u>	<u>5.291</u>	<u>(71.842)</u>	<u>1.887.123</u>	<u>122.630</u>	<u>2.009.753</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
			Reapresentado	
Lucro líquido do exercício	(71.842)	122.000	(73.836)	121.462
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	20.371	17.215	26.016	19.305
Provisão para contingências	68.072	51.712	68.072	51.712
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.233)	(46.860)	(35.713)	(49.307)
Equivalência patrimonial	3.538	19.100	537	15.429
Lucro não realizado na venda de imobilizado	(5.232)	50.270	(5.232)	50.270
Ganho na alienação de investimentos	-	(159.513)	-	(159.513)
Resultado na alienação de ativos não circulantes	756	6.639	6.948	13.878
Provisão para devedores duvidosos	4	118	4	117
Receita diferida	-	-	-	(58)
Variação cambial	19.605	1.551	19.605	1.551
Ajuste a valor justo	(2.520)	-	(2.520)	-
Juros apropriados	2.233	1.089	2.233	1.089
Perdas eventuais	(79)	-	(79)	-
Baixa de ativos não circulantes como despesa	1.143	-	1.143	-
Participação dos quotistas minoritários no resultado	-	-	1.994	538
Outras receitas operacionais	-	(2.388)	-	(2.388)
	2.816	60.933	9.172	64.085
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Aplicações financeiras	82.890	470.379	83.602	475.801
Contas a receber	(202)	(162)	(1.781)	15.236
Tributos a recuperar	(18.214)	(36.420)	(17.626)	(39.767)
Despesas antecipadas	(287)	(25)	(380)	(25)
Valores a receber de partes relacionadas	9.020	46.103	(1.108)	6.782
Depósitos judiciais e recursais	43.868	93.534	43.868	93.534
Dividendos a receber	-	25.176	-	11.019
Outras contas a receber	(4.851)	2.035	(4.604)	727
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Receita diferida	-	-	(160)	1.582
Fornecedores	(48.355)	45.713	(48.588)	45.737
Adiantamento de clientes	26	-	95	18
Salários e encargos sociais	153	(402)	199	(349)
Valores a repassar	(671)	(786)	(1.315)	(360)
Impostos e contribuições	22.548	22.356	22.645	22.637
Partes relacionadas	10.440	(72.790)	10.440	(72.790)
Demandas judiciais	(11.322)	(244.309)	(11.322)	(244.309)
Outras contas a pagar	(2.389)	6.391	(2.389)	7.121
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (em transporte)	85.470	417.726	80.748	386.679

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa – Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
				Reapresentado
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (de transporte)	85.470	417.726	80.748	386.679
Atividades de investimentos				
Imobilizado	(2.791)	(2.891)	(3.206)	(3.511)
Propriedades para investimento	(10.509)	(8.394)	(64.321)	(126.215)
Investimentos	-	(142.775)	-	(229)
Recebimento venda de imobilizado	13.554	-	11.569	-
Recebimento na venda de investimentos	-	212.273	-	212.273
Devolução de imóvel	-	-	4.680	-
Baixa de investimento por incorporação	-	-	(20.055)	-
Outros ativos financeiros	10.663	1.226	10.663	1.225
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	10.917	59.439	(60.670)	83.543
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	79	-	73.656	-
Captações de empréstimos e financiamentos	90.760	81.241	90.760	81.241
Amortização de principal	(14.955)	(90.124)	(14.955)	(90.124)
Juros pagos	(4.166)	(3.421)	(4.166)	(3.421)
Investimento por incorporação	-	-	526	-
Distribuição de dividendos	(159.785)	(166.439)	(159.785)	(155.626)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(88.067)	(178.743)	(13.964)	(167.930)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	8.320	298.422	6.114	302.292
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	321.316	22.894	325.189	22.897
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	329.636	321.316	331.303	325.189
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	8.320	298.422	6.114	302.292

Na elaboração da DFC do exercício de 2014 e 2013 foram desconsideradas as movimentações que não afetaram o caixa, conforme determina o CPC 3.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2014		2013		2.014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas								
Locação de imóveis e prestação de serviços	292.272		249.890		331.843		260.457	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	79		(119)		79		(3.319)	
Outras receitas operacionais, líquidas	14.592		525.050		17.302		309.420	
	306.943		774.821		349.224		566.558	
Insumos adquiridos de terceiros								
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(104.278)		(84.181)		(139.816)		(147.937)	
	(104.278)		(84.181)		(139.816)		(147.937)	
Valor adicionado bruto	202.665		690.640		209.408		418.621	
Retenções								
Depreciações	(20.369)		(17.215)		(26.016)		(19.305)	
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	182.296		673.425		183.392		399.316	
Valor adicionado recebido em transferência								
Resultado de equivalência patrimonial	(3.538)		(69.371)		(537)		(15.429)	
Receitas financeiras	48.420		33.884		48.734		278.251	
Outros resultados recebidos em transferência	5.577		-		5.577		(47.885)	
	50.459		(35.487)		53.774		214.937	
Valor adicionado total a distribuir	232.755	100	637.938	100	237.166	100	614.253	100
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal								
Remuneração direta	172.796	74,2	14.149	2,2	175.824	74,1	486.054	79,1
Benefícios	2.119	0,9	472.988	74,1	2.150	0,9	2.191	0,4
FGTS	692	0,3	624	0,1	705	0,3	628	0,1
	175.607	75,4	487.761	76,6	178.679	75,3	488.873	79,6
Impostos, taxas e contribuições								
Federais	88.644	38,1	9.961	1,6	90.647	38,2	(15.328)	(2,5)
Estaduais	286	0,1	2.470	0,4	286	0,1	2.502	0,4
Municipais	1.344	0,6	1.701	0,3	1.439	0,6	2.228	0,4
	90.274	38,8	14.132	2,1	92.372	38,9	(10.598)	(1,7)
Remuneração de capitais de terceiros								
Juros	2.850	1,2	14.045	2,2	2.857	1,2	2.173	0,4
Outros	34.537	14,8	-	-	34.672	14,6	11.484	1,9
Aluguéis pagos	1.329	0,6	-	-	2.422	1,0	859	0,1
	38.716	16,6	14.045	2,2	39.951	16,8	14.516	2,4
Participação dos sócios minoritários no resultado					(1.994)	(1)	(538)	(0,1)
Resultados retidos do exercício	(71.842)	(30,9)	122.000	19,1	(71.842)	(30)	122.000	19,9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações corporativas

A Casa Bahia Comercial Ltda. (“Casa Bahia” ou “Sociedade”) é uma Sociedade limitada, com atividades iniciadas em 1952 e a partir de julho de 2010, passou a ter como objetivo social preponderante a administração, compra, venda e locação de imóveis próprios.

A Sociedade possui atualmente um portfólio de imóveis que inclui lojas de rua e shopping, centros de distribuição, edifícios de escritórios, galpões industriais e terrenos, localizados em diversos Estados do Brasil, destacadamente concentrados nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Sociedade possui participação societária majoritária nas empresas Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“CBEI”), Capital Mineiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“CMEI”) e Hangar Campo de Marte Ltda. (“Hangar”). Em 2014 a CBEI incorporou a CMEI.

Em 02 de junho de 2014 foi aprovada a incorporação da CSCM Assessoria e Consultoria em Serviços Ltda. (“CSCM”). O valor total da parcela incorporada, apurado com base em laudo de avaliação datado em 05 de maio de 2014, foi composto da seguinte forma:

	<u>Valor</u>
Ativo circulante	130
Ativo não circulante	<u>7</u>
Total do Ativo	<u>137</u>
Passivo circulante	<u>(58)</u>
Patrimônio líquido incorporado	<u><u>79</u></u>

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas com base em diversas fontes de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, que foram determinadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, e análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em “real”, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade e de suas controladas.

A aprovação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de sócios de 13 de fevereiro de 2015.

Declaração de conformidade com os pronunciamentos do CPC

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram apresentadas e elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Reapresentação das demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2013

Até o exercício de 2013, a Sociedade não demonstrou a participação dos quotistas minoritários de forma destacada nas suas demonstrações financeiras como exigido no CPC 36.

No exercício encerrado em 2014 as demonstrações financeiras refletem essa participação. Apesar de não alterar o resultado do exercício de 2013 da Sociedade, para fins de melhor compreensão e de melhor comparabilidade das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 2014, a Sociedade está reapresentando as informações referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Demonstramos a seguir resumo dos ajustes efetuados para definição dos valores que estão sendo apresentados:

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	2013		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	324.413	776	325.189
Contas a receber	2.103	94	2.197
Outros ativos financeiros	17.095	-	17.095
Tributos a recuperar	20.010	11	20.021
Despesas antecipadas	79	-	79
Outras contas a receber	20.518	1.357	21.875
Total do ativo circulante	384.218	2.238	386.456
Não circulante			
Aplicações financeiras	83.433	169	83.602
Tributos a recuperar	59.248	-	59.248
Partes relacionadas	88.884	(1.962)	86.922
Depósitos judiciais e recursais	213.104	-	213.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	275.915	578	276.493
Outras contas a receber	562	-	562
Investimentos	291	-	291
Propriedades para investimento	1.384.174	70.286	1.454.460
Imobilizado	6.357	71	6.428
Total do ativo não circulante	2.111.968	69.142	2.181.110
Total do ativo	2.496.186	71.380	2.567.566

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	2013		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16.830	-	16.830
Receita diferida	122	38	160
Fornecedores	52.988	164	53.152
Adiantamento de Clientes	13	5	18
Salários e encargos sociais	840	13	853
Valores a repassar	1.233	158	1.391
Impostos e contribuições	3.128	112	3.240
Dividendos a pagar	200.793	-	200.793
Outras contas a pagar	4.499	-	4.499
Total passivo circulante	280.446	490	280.936
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	54.388	-	54.388
Receita diferida	1.041	323	1.364
Impostos e contribuições	37.585	-	37.585
Provisão para demandas judiciais	160.559	-	160.559
Outras Contas a Pagar	3.281	-	3.281
Total passivo não circulante	256.854	323	257.177
Patrimônio Líquido			
Capital Social	1.953.595	-	1.953.595
Reserva de capital	5.291	-	5.291
Total patrimônio líquido	1.958.886	-	1.958.886
Participação não controladores		70.567	70.567
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.496.186	71.380	2.567.566

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Consolidado		
	2013		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de locação e prestação de serviços	233.120	2.262	235.382
Lucro bruto	233.120	2.262	235.382
(Despesas) receitas operacionais			
Comerciais	(312)	-	(312)
Gerais e administrativas	(90.719)	(2.043)	(92.762)
Pessoal	(494.840)	(40)	(494.880)
Honorários da administração	(8.763)	(237)	(9.000)
Tributárias	(27.296)	(130)	(27.426)
Depreciações e amortizações	(18.865)	(440)	(19.305)
Equivalência patrimonial	(15.429)	-	(15.429)
Resultado não realizado em operações com controladas	(50.270)	-	(50.270)
Outras receitas operacionais	526.830	(424)	526.406
	(179.664)	(3.314)	(182.978)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	53.456	(1.052)	52.404
Resultado financeiro, líquido	19.784	(33)	19.751
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.240	(1.085)	72.155
Imposto de renda e contribuição social			
. Corrente	(14)	(3)	(17)
. Diferido	48.774	550	49.324
Lucro líquido do exercício	122.000	(538)	121.462
Participação dos quotistas minoritários	-	538	538
Lucro atribuível a proprietários da Sociedade	122.000	-	122.000

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Sociedade de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Sociedade pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 3 – Combinação de Negócios

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultante de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável).

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS 9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Sociedade, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Sociedade quantificará o efeito em conjunto com as outras fases quando for emitida a norma final.

IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas

A IFRS 14 determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada. A norma está disponível apenas para adotantes iniciais das IFRSs que reconhecerem saldos de contas regulatórias diferidas (ativos e passivos) nos termos de seus *Generally Accepted Accounting Principles (GAAP)* anteriores. Essa norma não terá impacto na Sociedade.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014 – Continuação

IFRS 15 – Receita de contratos de clientes

Foi emitido em maio de 2014, que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017, estabelece princípios para o reconhecimento aplicáveis a todos os tipos de receitas auferidas por contratos e/ou relacionamento com clientes, cujos impactos na demonstração financeira, decorrente desse novo pronunciamento está em análise pela administração.

Alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em conjunto

As alterações à IFRS 11 fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3:

- Combinações de Negócios. Mais especificamente, as alterações afirmam que os princípios relevantes da contabilização de combinações de negócios na IFRS 3 e em outras normas (por exemplo, na IAS 36, com relação ao teste de redução ao valor recuperável de uma UGC, a qual o ágio sobre a aquisição de uma operação conjunta foi alocado) devem ser adotados.

As mesmas exigências devem ser aplicadas à formação de uma operação conjunta se, e apenas se, um negócio existente for contribuído para a operação conjunta por uma das partes que participam da operação conjunta.

Um operador conjunto é também obrigado a divulgar as informações relevantes exigidas pela IFRS 3 e outras normas com relação a combinações de negócios. As alterações à IFRS 11 devem ser adotadas prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização

As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível. Essa presunção pode ser apenas refutada nas duas circunstâncias limitadas a seguir: a) Quando o intangível é expresso como uma medida da receita. Por exemplo, uma entidade pode adquirir uma concessão para explorar e extrair ouro de uma mina de ouro.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014 – Continuação

Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização – Continuação

A expiração do contrato pode se basear em um valor fixo do total de receitas a ser gerado a partir da extração (por exemplo, um contrato pode permitir a extração de ouro da mina até que a receita acumulada total proveniente da venda de ouro atinja 2 bilhões de unidades monetárias) e pode não se basear na data ou no valor do ouro extraído. Desde que o contrato determine um valor total fixo de receita a ser gerada com base no qual a amortização é determinada, a receita a ser gerada pode constituir base adequada para fins de amortização do intangível; ou

b) Quando pode ser demonstrado que a receita e o consumo de benefícios do intangível estão substancialmente correlacionados. Tais alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração

Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

2.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014 – Continuação

Alteração do regime de tributação

Em linha com o Regime Tributário de Transição (RTT) de 2009, desde a aplicação das normas internacionais de contabilidade nas suas demonstrações financeiras, a partir de 2008, a Sociedade tem apurado seu imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base nas práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em 11 de novembro de 2013 a Receita Federal do Brasil - RFB emitiu a Medida Provisória nº 627 alterando a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e revogando o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Esta Medida Provisória dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil e entre outros, reconhece os efeitos da aplicação das normas internacionais dando o respectivo tratamento na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Com validade a partir de janeiro de 2015, a Medida Provisória convertida em lei nº 12.973 permite sua aplicação antecipada a partir de janeiro de 2014. A Administração avaliou os possíveis impactos da aplicação desta lei e decidiu não optar para 2014, portanto, não são esperados efeitos significativos na demonstração financeira da Sociedade.

3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Casa Bahia Comercial Ltda. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentadas abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("CBEI")	Compra e venda de imóveis próprios.	66,49%	76,29%
Capital Mineiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("CMEI")	Compra e venda de imóveis próprios.	0,00%	99,99%
Hangar Campo de Marte Ltda.	Atividades de hangaragem, comercialização de aeronaves, de peças e acessórios, prestação de serviços em geral em partes eletrônicas e elétricas.	78,98%	78,98%

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Base de consolidação – Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Sociedade obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Apesar do quotista Michael Klein ser controlador das empresas consolidadas, para efeito de demonstrações financeiras consolidadas, sua participação na CBEI e no Hangar está sendo nominada como participação de quotista minoritário.

Companhia Brasileira de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“CBEI”)

Em 09 de novembro de 2011 a Sociedade adquiriu o controle da empresa CBEI, através da transferência de 100% das cotas dos antigos sócios, sendo 99,99% para a Casa Bahia e o restante da participação para a CBEP. A Empresa adquirida tem por objetivo a administração e locação de imóveis próprios e compra, venda e participação em outras sociedades. Em 25 de novembro de 2013 a adquirente aumentou seu capital através de aporte de R\$148.500 (2012 – R\$31.900). Na mesma data, 2013 a CBEP retirou-se da Sociedade e transferindo suas 25 quotas ao novo sócio. Ainda em 25 de novembro de 2013 o novo sócio subscreveu o montante de R\$70.999 em novas quotas na CBEI. Desta forma, a participação da Sociedade na empresa adquirida passa a ser de 76,29%. Em 2014 o novo sócio subscreveu o montante de R\$ 54.000, sendo assim, a Sociedade passa a ter 66,49% de participação.

Em 02 de junho de 2014 foi aprovada a incorporação da Companhia Mineira de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“CMEI”). O valor total da parcela incorporada, apurado com base em laudo de avaliação datado em 05 de maio de 2014, foi composto da seguinte forma:

	<u>Valor</u>
Ativo circulante	2.758
Ativo não circulante	<u>17.055</u>
Total do Ativo	<u>19.813</u>
Passivo circulante	<u>(236)</u>
Patrimônio líquido incorporado	<u><u>19.577</u></u>

Hangar Campo de Marte Ltda. (“Hangar”)

Em 25 de setembro de 2013 a Sociedade ampliou sua participação na empresa Hangar mediante integralização de capital no montante de R\$2.983.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Base de consolidação – Continuação

Essa integralização fez com que a Sociedade passasse a deter 78,98% do capital da empresa, motivo pelo qual passou a consolidar esta empresa em suas demonstrações financeiras durante o exercício. A Hangar tem por objeto a prestação de serviço de hangaragem, em aparelhos elétricos e eletrônicos de aeronaves, comércio, importação e exportação de aeronaves de pequeno porte, acessórios, partes e peças.

Demonstramos abaixo as informações financeiras condensadas das Empresas controladas pela Sociedade, em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014		CMEI	2013	
	CBEI	Hangar		CBEI	Hangar
Ativo circulante	7.829	120	2.768	9.068	418
Ativo não circulante	359.766	1.762	17.288	300.637	1.561
Total do ativo	367.595	1.882	20.056	309.705	1.979
Passivo circulante	1.232	189	-	1.891	193
Passivo não circulante	1.204	426	-	11.460	296
Patrimônio líquido	365.159	1.267	20.056	296.354	1.490
Total do passivo e do patrimônio líquido	367.595	1.882	20.056	309.705	1.979
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	35.141	726	-	9.282	291
Despesas administrativas	(42.331)	(1.061)	(235)	(12.734)	(185)
Custos financeiros	110	(2)	54	(136)	(2)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(7.080)	(337)	(181)	(3.588)	104
Imposto de renda contribuição social	2.366	114	-	1.220	(28)
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.714)	(223)	(181)	(2.368)	76

4. Políticas contábeis significativas

4.1 Classificação de ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção dos ativos fiscais diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumi-lo no prazo de doze meses a partir da data-base desta demonstração financeira, e os mantidos principalmente para negociação e o caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos circulantes.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.1 Classificação de ativos e passivos como circulantes e não circulantes - Continuação

Os passivos (com exceção dos passivos fiscais diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como “não circulantes”.

4.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

(i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados como ativos financeiros a “valor justo” por meio de resultado e recebíveis. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, operações a termo, ações, opções de compra e venda de ações, e outras contas a receber e outros recebíveis.

(ii) *Mensuração subsequente*

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a “valor justo” por meio do resultado, como operações a termo, ações e opções de compra e venda de ações. Ativos financeiros são classificados como “mantidos para negociação” se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a “valor justo” por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a “valor justo”, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Sociedade avaliou seus ativos financeiros a “valor justo” por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.2 Instrumentos financeiros – Continuação

Quando a Sociedade não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo com possível probabilidade de sofrerem mudanças significativas, pode-se optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias.

a) Ativos financeiros – Continuação

A reclassificação para “contas a receber”, “disponíveis para venda” ou “mantidos até o vencimento”, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a “valor justo” por meio do resultado.

Recebíveis: Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o “método de juros efetivos” (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do “método de juros efetivos” é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa de vendas no resultado.

(iii) *Baixa de reconhecimento de ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o respectivo ativo.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.2 Instrumentos financeiros – Continuação

a) Ativos financeiros – Continuação

Quando a Sociedade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Sociedade com o ativo.

Nesse caso, a Sociedade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Sociedade manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Sociedade, dos dois o menor.

(iv) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Sociedade avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não são recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. A evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do crédito estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

4.3 Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo e opções de compra e venda de ações para fins exclusivos de investimento.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.3 Instrumentos financeiros derivativos – Continuação

Derivativos são apresentados como outros ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como outros passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, na conta de resultado financeiro em virtude da utilização destes derivativos estarem associados exclusivamente a investimentos e não a proteção em relação à exposição à variação de preço de *commodities* ou oscilação na cotação de moedas.

4.4 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

4.5 Contabilização de *hedge*

A Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swap* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo da data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Sociedade designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Sociedade deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.5 Contabilização de *hedge* – Continuação

A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedge* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido. São registrados como *hedge* de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;
- b) Com relação aos *hedge* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do exercício restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo ocorrer, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- c) Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado; e no cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento.

4.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.7 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A recuperação das propriedades para investimento por meio das operações futuras bem como as vidas úteis e o valor residual dos mesmos são acompanhadas periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

A Sociedade optou por não avaliar as suas propriedades para investimento pelo “valor justo” como custo atribuído, considerando que: (i) o “método de custo” é o melhor método para avaliar as propriedades para investimento da Sociedade; (ii) as propriedades para investimento são segregadas em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Administração revisa frequentemente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil das suas propriedades para investimento, o que vem sendo feito consistentemente pela Sociedade ao longo dos anos; e (iv) a Sociedade possui controles eficazes sobre as suas propriedades para investimento que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil das propriedades.

As vidas úteis anuais remanescentes das edificações, reavaliadas no exercício de 2014, conforme Relatório de Estudo de Estimativas de Vidas Úteis emitido por “Engeval Engenharia de Avaliações”, em 30 de abril de 2014, são de, na média, 48 anos o que corresponde a um percentual anual de vida útil econômica remanescente de 2,06%. A avaliação anterior, datada de 29 de novembro de 2010, e ainda aplicada ao longo do período de onze meses corrente apresentava Estimativa de Vidas Úteis de, na média, 42,2 anos o que corresponde a um percentual anual de vida útil econômica remanescente de 2,37%.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo “custo histórico de aquisição”, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver. Quando é necessário repor periodicamente componentes significativos do imobilizado, a Sociedade reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas, respectivamente. Da mesma forma, quando se realiza uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado conforme incorridos.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.8 Imobilizado – Continuação

As avaliações do valor residual e da vida útil são realizadas anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis anuais remanescentes dos veículos especiais, reavaliadas no exercício de 2010, conforme Relatório de Estudo de Estimativas de Vidas Úteis emitido por Mynarski & Associados Ltda., em 20 de abril de 2011, são de, na média 15,7 anos. O que corresponde a um percentual anual de vida útil econômica remanescente de 6,00%.

O reconhecimento dos itens do imobilizado, e de suas eventuais partes significativas, reconhecidos inicialmente são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do reconhecimento do ativo.

Para informações sobre a não adoção do custo atribuído aos itens do ativo imobilizado, conforme facultado pelo ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedades para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, vide Nota 15.

4.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando indicadores de redução ao valor recuperável são identificados e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital no segmento em que opera a unidade geradora de caixa.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*Impairment*”) – Continuação

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam geração de fluxo de caixa identificáveis separadamente, denominados Unidade Geradora de Caixa (“UGC”). A Sociedade determina os imóveis alugados para terceiros como suas UGCs.

4.10 Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

b) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais seja provável que um desembolso de caixa futuro seja requerido e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os quotistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos por seus atos societários. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Sociedade.

4.12 Apuração do resultado

(i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e sua mensuração possa ser feita de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Nos exercícios de 2014 e 2013 a Sociedade auferiu receitas com a locação de imóveis, receitas estas que são reconhecidas ao longo do período da locação, determinados nos contratos assinados com os clientes.

(ii) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo TI e funções financeiras.

(iii) Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da “Demonstração do Resultado” adotada pela Sociedade.

(iv) Resultado financeiro líquido

As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com as perdas com alienações de ativos financeiros, com os encargos financeiros sobre os impostos, bem como os ajustes referentes aos descontos financeiros.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.12 Apuração do resultado – Continuação

(iv) Resultado financeiro líquido – Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, com os seus correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos como resultado financeiro na demonstração do resultado.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e disponibilidades.

4.13 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social correntes relativos aos itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e base negativa, apurados no período.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.13 Impostos – Continuação

(ii) Impostos diferidos – Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e em lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

(iii) Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre receitas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese esta em que o imposto sobre as vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e;
- O valor líquido dos impostos sobre receitas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.14 Mensuração do valor justo

Valor justo corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação espontânea entre participantes do mercado na data da mensuração.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis significativas – Continuação

4.14 Mensuração do valor justo – Continuação

A mensuração do valor justo é baseada no princípio de que a transação de venda do ativo ou transferência do passivo ocorrerá no mercado principal para o ativo ou passivo, ou, na ausência deste, no mercado mais vantajoso. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam para definir o preço, considerando que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Sociedade mensura investimentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, como propriedades para investimento, a valor justo a cada final de exercício. São utilizadas técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das respectivas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração fez os seguintes julgamentos com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da controlada e consolidadas:

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste expressivo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, dado o amplo aspecto de relacionamentos dos negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou as futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais brasileiras. O valor dessas provisões baseia-se em dois fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para as demandas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui: (i) a avaliação das evidências disponíveis, (ii) a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, (iii) as decisões mais recentes nos tribunais e (iv) sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções trabalhistas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
				Reapresentado
Caixa	32	29	37	34
Bancos	7.800	2.402	7.962	2.698
Aplicações Financeiras (a)	<u>321.804</u>	<u>318.885</u>	<u>323.304</u>	<u>322.457</u>
	<u>329.636</u>	<u>321.316</u>	<u>331.303</u>	<u>325.189</u>

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras referem-se a CDB e debêntures, emitidas por bancos de primeira linha, são remuneradas às taxas de 100,40% a 104,30% do CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata.

7. Aplicações financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras referem-se a debêntures compromissadas, emitidos por bancos de primeira linha, sendo remuneradas às taxas de 100,40% a 102,00% do CDI.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2013</u>
		Reapresentado
Bradesco	82.890	82.890
Safra	-	712
Total	<u>82.890</u>	<u>83.602</u>

As aplicações financeiras não se enquadram no conceito de equivalente de caixa, pois são aplicações com prazo de resgate acima de 90 dias.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013 Reapresentado
Aluguéis a receber	2.122	1.920	4.085	2.316
Outras contas a receber	-	-	13	-
	2.122	1.920	4.098	2.316
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(123)	(119)	(123)	(119)
	(123)	(119)	(123)	(119)
	1.999	1.801	3.975	2.197

A composição das contas a receber por vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013 Reapresentado
A vencer:				
até 30 dias	1.963	1.746	3.291	2.142
	1.963	1.746	3.291	2.142
Vencidos:				
até 30 dias	33	34	352	34
entre 31 a 60 dias	1	1	320	1
entre 61 e 90 dias	1	15	1	15
entre 91 e 180 dias	1	5	11	5
a mais de 180 dias	123	119	123	119
	159	174	807	174
	2.122	1.920	4.098	2.316

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

9. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Sociedade possuía ativos financeiros que incluíam derivativos, registrados conforme divulgação a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
		Reapresentado
Ações negociáveis		
Vale	9.308	10.272
Petrobrás	-	4.902
Ajuste valor justo ações negociáveis	(2.876)	(595)
	6.432	14.579
Instrumentos financeiros derivativos		
Prêmio de opção de venda – Vale	-	(89)
Contratos a termo – Pão de açúcar	-	2.605
	-	2.516
	6.432	17.095

Os investimentos em títulos patrimoniais detidos pela Sociedade possuem valores negociáveis e determinados em relação a cotações divulgadas em mercados ativos.

A exposição da Sociedade a riscos de crédito, moeda e taxa de juros relacionados a outros ativos financeiros é divulgada na Nota 25.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

10. Tributos a recuperar

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
			Reapresentado	
IRRF	3.233	16.825	3.288	16.891
Imposto de renda e contribuição social	141	1.793	151	1.813
Imposto de renda e contribuição social - saldo negativo DIPJ (i)	37.257	21.663	37.325	21.690
COFINS (ii)	49.760	31.940	49.760	31.940
PIS (ii)	10.804	6.935	10.804	6.935
Outros impostos	36	-	36	-
	<u>101.231</u>	<u>79.156</u>	<u>101.364</u>	<u>79.269</u>
Circulante	<u>14.305</u>	<u>19.908</u>	<u>14.438</u>	<u>20.021</u>
Não circulante	<u>86.926</u>	<u>59.248</u>	<u>86.926</u>	<u>59.248</u>

(i) Valores correspondentes a saldo negativo de DIPJ.

(ii) Correspondem a valores depositados judicialmente de PIS e COFINS – Indenizatório no valor de R\$59.999 (2013 – R\$37.585), em função de processo em andamento que questiona a possibilidade de compensação de créditos de PIS e COFINS sobre contratação de serviços de marketing, cuja discussão judicial sobre a possibilidade dessa compensação encontra-se em andamento.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
		Reapresentado
<u>Contas a receber</u>		
Via Varejo S.A. (i)	26.634	36.290
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (i)	435	408
Casa Bahia Contact Center Ltda. (i)	57	55
Hangar Campo de Marte Ltda.	426	295
Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	10.096
CB Air Taxi Aéreo Ltda.	-	271
Habile Assessoria e Consultoria em Serviços Ltda.	400	1.065
ROI Media Participações e Propaganda Ltda.	1.184	-
Sócios controladores	57.076	90.973
Total	<u>86.212</u>	<u>139.453</u>
<u>Contas a pagar</u>		
Via Varejo S.A.	<u>(10.440)</u>	<u>(44.221)</u>
Total	<u>(10.440)</u>	<u>(44.221)</u>
<u>Receita de aluguéis</u>		
Via Varejo S.A. (i)	263.050	222.165
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (i)	5.086	4.779
Casa Bahia Contact Center Ltda. (i)	683	647
Total	<u>268.819</u>	<u>227.590</u>

(i) Corresponde a aluguel a receber de competência de dezembro de 2014.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

12. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013 Reapresentado
Adiantamento de Fornecedor	2.297	1.315	4.515	3.543
Bloqueios judiciais	7.215	8.082	7.215	8.082
Venda de imobilizado	581	1.880	2.424	7.269
Confissão de dívida	2.000	2.000	2.000	2.000
Demais contas a receber	6.102	1.286	6.120	1.543
	18.195	14.563	22.274	22.437
Circulante	13.622	14.001	17.701	21.875
Não circulante	4.573	562	4.573	562

13. Investimentos

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013 Reapresentado
Participação em empresas controladas	198.757	197.063	-	-
Outros investimentos	-	291	-	291
	198.757	197.354	-	291

Informações sobre empresas controladas

	31.12.2014			31.12.2013	
	CBEI	CMEI	Hangar	Total	Total
Número de quotas					
Total	373.075.698	-	3.855.796		
Possuídas	248.076.184	-	3.045.405		
Percentual de participação	66,495%	-	78,983%		
Patrimônio Líquido	369.873	-	1.490		
Lucro (prejuízo) do exercício	(4.714)	-	(223)		
Baixa no investimento	-	(19.518)	-		
Valor contábil do investimento	197.756	-	1.001	198.757	197.063
Resultado da equivalência	(2.825)	(537)	(176)	(3.538)	(19.100)

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

13. Investimentos – Continuação

b) Movimentação dos investimentos – Controladora

	<u>Bartira</u>	<u>CBEI</u>	<u>CMEI</u>	<u>Hangar</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (i)	76.822	88.223	20.236	-	185.281
Transferência de outros investimentos para investimento	-	-	-	62	62
Adições	0	139.500	-	3.274	142.774
Equivalência patrimonial	(15.429)	(1.622)	(181)	(1.868)	(19.100)
Transferência por cisão para outros investimento (PS Hangaragem Ltda)	-	-	-	(291)	(291)
Lucros não realizados (ii)	-	(50.270)	-	-	(50.270)
Baixa por venda	(52.760)	-	-	-	(52.760)
Distribuição de dividendos	(8.633)	-	-	-	(8.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>-</u>	<u>175.831</u>	<u>20.055</u>	<u>1.177</u>	<u>197.063</u>
Equivalência patrimonial	-	(2.825)	(537)	(176)	(3.538)
Incorporação	-	19.518	(19.518)	-	-
Realização de lucros de exercícios anteriores	-	5.232	-	-	5.232
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>	<u>197.756</u>	<u>-</u>	<u>1.001</u>	<u>198.757</u>

- (i) Até 31 de dezembro de 2012 o Hangar era classificado como investimentos avaliados ao custo de aquisição.
- (ii) Os lucros não realizados nas operações de vendas de propriedades para a controlada CBEI foram registrados como redutora dos investimentos que a Sociedade detém naquela empresa, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 09.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Propriedades para investimento

a) Controladora

	Controladora					
	31.12.2013	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	31.12.2014
	Reapresentado					
Terrenos	329.057	-	-	-	158	329.215
Edificações	815.531	3.492	(23.043)	(300)	35.809	831.489
Edificações em andamento	36.802	190	-	(5.432)	(31.313)	247
Adiantamento a fornecedores	9.561	6.826	-	(618)	(11.477)	4.292
Bens em Comodato	-	1	-	-	-	1
	<u>1.190.951</u>	<u>10.509</u>	<u>(23.043)</u>	<u>(6.350)</u>	<u>(6.823)</u>	<u>1.165.244</u>

As depreciações estão registradas ao valor líquido de créditos de PIS e COFINS incidente sobre as mesmas no valor R\$3.861.

b) Consolidado

	Consolidado						
	31.12.2013	Adições	Depreciações	Baixas	Resultado não realizado da venda de ativos	Transferências	31.12.2014
	Reapresentado						
Terrenos	467.350	250	-	(2.343)	-	15.479	480.736
Edificações	939.908	9.583	(29.764)	(6.165)	5.232	58.869	977.663
Edificações em andamento	35.939	6.693	-	-	-	(41.941)	691
Adiantamento a fornecedores	12.998	47.795	-	(5.298)	-	(38.062)	17.433
Provisão para perdas	(3.000)	-	-	-	-	-	(3.000)
Imobilizado em andamento	1.265	-	-	(82)	-	(1.183)	-
Bens em Comodato	-	1	-	-	-	-	1
	<u>1.454.460</u>	<u>64.322</u>	<u>(29.764)</u>	<u>(13.888)</u>	<u>5.232</u>	<u>(6.838)</u>	<u>1.473.524</u>

As depreciações estão registradas ao valor líquido de créditos de PIS e COFINS incidente sobre as mesmas no valor R\$4.470. O valor de R\$526 é oriundo da incorporação da CMEI.

c) Testes de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro de 2014, não foi constatada perda relacionada a redução ao valor recuperável em relação à Unidade Geradora de Caixa – UGC. O valor recuperável das propriedades para investimento foram comparados com o valor de mercado de cada UGC, apurados pelos laudos levantados por consultoria externa. Os valores das propriedades para investimento, apurados com base no método comparativo direto de dados do mercado, totalizaram R\$4.935.989 (valores brutos, sem considerar qualquer efeito tributário que pudesse incidir sobre eventual ganho de capital).

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Propriedades para investimento – Continuação

d) Revisão da vida útil de propriedades para investimento

A vida útil das propriedades para investimento foram revisadas por consultoria externa especializada e aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2010. Para as aquisições ocorridas após 1º de janeiro de 2011, as vidas úteis remanescentes tem sido definidas como as previstas na legislação tributária. Durante o exercício nova avaliação foi executada por consultoria independente e a correção na vida útil remanescente, quando aplicável, serão efetuadas de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2015.

15. Imobilizado

	Controladora					
	31.12.2013	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	31.12.2014
Reapresentado						
Veículos e veículos especiais	4.485	2.618	(934)	(7.193)	6.823	5.799
Sistemas aplicativos	155	16	(34)	(35)	-	102
Móveis e utensílios	570	49	(74)	-	-	545
Instalações	545	94	(62)	-	-	577
Computadores periféricos	183	1	(48)	(2)	-	134
Máquinas e equipamentos	93	-	(10)	-	-	83
Benfeitorias	64	13	(26)	-	-	51
	6.095	2.791	(1.188)	(7.230)	6.823	7.291

	Consolidado					
	31.12.2013	Adições	Depreciações	Baixas	Transferências	31.12.2014
Reapresentado						
Veículos e veículos especiais	4.492	2.618	(935)	(7.193)	6.823	5.805
Sistemas aplicativos	258	16	(56)	(35)	-	183
Móveis e utensílios	663	454	(92)	-	-	1.025
Computadores periféricos	184	1	(48)	(2)	-	135
Máquinas e equipamentos	193	47	(22)	-	-	218
Benfeitorias	76	70	(29)	-	32	149
Instalações	545	201	(66)	-	-	680
Imobilizado em andamento	17	-	-	-	(17)	-
	6.428	3.407	(1.248)	(7.230)	6.838	8.195

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos, contratados em moeda nacional e estrangeira, estão apresentados a seguir:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Moeda Nacional					Reapresentado
Banco Bradesco	CDI + 1,38% a.a.	1.606	11.243	1.606	11.243
Certificado Recebíveis Imobiliários	8,00% a.a.	23.459	28.790	23.459	28.790
		<u>25.065</u>	<u>40.033</u>	<u>25.065</u>	<u>40.033</u>
Moeda Estrangeira					
Banco Citibank	LIBOR + 1,75% a.a.	137.395	31.185	137.395	31.185
		<u>162.460</u>	<u>71.218</u>	<u>162.460</u>	<u>71.218</u>
Circulante		<u>67.087</u>	<u>16.830</u>	<u>67.087</u>	<u>16.830</u>
Não circulante		<u>95.373</u>	<u>54.388</u>	<u>95.373</u>	<u>54.388</u>

Para a operação em moeda estrangeira a Sociedade contratou operação de *hedge* (operações a termo de moeda sem entrega física) para proteção aos efeitos da variação cambial que podem ser provocados pelo empréstimo contratado. Até 31 de dezembro de 2014, esta operação de *hedge* gerou ganho, em função de seu registro ao valor justo de R\$1.116, registrado na rubrica "Resultado financeiro, líquido".

Como garantias dos empréstimos foram concedidos avais do sócio controlador.

Para determinados contratos há compromissos ("*covenants*") assumidos pela administração da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2014, esses compromissos foram atendidos como requeridos nos contratos.

As parcelas classificadas no Não Circulante tem os vencimentos nos seguintes exercícios:

	Controladora e Consolidado
Anos de vencimento:	31.12.2014
2015	610
2016	83.887
2017	6.714
2018	4.162
	<u>95.373</u>

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
				Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(105.075)	75.140	(109.549)	72.155
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	35.726	(25.548)	37.247	(24.533)
(Adições) / Exclusões				
Doações e donativos	(559)	(504)	(620)	(504)
Outras (despesas/receitas) indedutíveis/não tributáveis	(848)	(4.163)	(848)	(3.979)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.203)	(6.494)	(183)	(5.246)
Receita de dividendos	117	811	117	811
Valor residual em IFRS de ativo baixado	-	(80)	-	(80)
Exclusões	-	82.838	-	82.838
	33.233	46.860	35.713	49.307
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	-	(17)
Diferido	33.233	46.860	35.713	49.324
	33.233	46.860	35.713	49.307

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos – Continuação

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
			<u>Reapresentado</u>	
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável:				
Provisão para demandas judiciais	86.433	58.764	86.433	58.764
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.027	1.052	1.027	1.052
Depreciações	(27.142)	(20.786)	(27.255)	(20.786)
Lucros não realizados	15.313	17.092	15.313	17.092
Outras movimentações	522	1.183	522	1.183
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	230.993	216.608	236.167	219.188
	<u>307.146</u>	<u>273.913</u>	<u>312.207</u>	<u>276.493</u>

Baseados no estudo técnico de realização, a expectativa da Administração é de que os impostos e contribuições diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam integralmente realizados até 2024.

18. Impostos e contribuições

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
			<u>Reapresentado</u>	
ICMS	7	-	7	-
PIS	11.144	7.123	11.199	7.166
COFINS	51.327	32.803	51.579	33.004
IRRF	301	253	365	351
INSS	25	52	157	126
ISS	55	76	114	118
Contribuição social	38	42	49	60
Total	<u>62.897</u>	<u>40.349</u>	<u>63.470</u>	<u>40.825</u>
Circulante	<u>2.898</u>	<u>2.764</u>	<u>3.471</u>	<u>3.240</u>
Não circulante	<u>59.999</u>	<u>37.585</u>	<u>59.999</u>	<u>37.585</u>

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

18. Impostos e contribuições – Continuação

Os valores classificados no Não Circulante, correspondem aos valores de PIS e COFINS a recolher, cujas liquidações encontram-se em discussão judicial e que possuem depósitos judiciais correspondentes aos valores integrais devidos. Os depósitos foram realizados pela Sociedade para futura utilização dos créditos decorrentes de gastos com publicidade e propaganda, referente ao período compreendido entre 2007 e 2010 e encontram-se classificados na rubrica “Tributos a recuperar”.

19. Provisão para demandas judiciais

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária e em processos administrativos de natureza cível e tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para demandas judiciais são suficientes para cobrir as perdas prováveis. Estas provisões, líquidas dos depósitos judiciais associados a essas causas prováveis, estão assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
				Reapresentado
Trabalhista (a)	123.535	146.406	123.535	146.406
Cível (b)	19.166	12.984	19.166	12.984
Tributárias (c)	74.608	1.169	74.608	1.169
	<u>217.309</u>	<u>160.559</u>	<u>217.309</u>	<u>160.559</u>

- a) Correspondem à estimativa de valores relacionados a vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Os processos cujas perdas são consideradas como “possível” pelos nossos assessores jurídicos totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$205.718 na Controladora no Consolidado (2013 - R\$319.217 na Controladora e no Consolidado). A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências registrando provisões para perdas quando estimadas de forma razoável, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.
- b) A Sociedade responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Esta provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável. Os processos cujas perdas são consideradas como “possível” pelos nossos assessores jurídicos totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 49.484 (R\$21.339 em 31 de dezembro de 2013) na Controladora e no Consolidado.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Provisão para demandas judiciais – Continuação

- c) A Sociedade responde a ações de natureza tributária e outras em diversos níveis judiciais. Esta provisão corresponde aos processos cujas perdas são consideradas de risco provável pelos assessores jurídicos da Sociedade, em eventuais questionamentos. Os processos cujas perdas são consideradas como “possível” totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$1.148.488, sendo R\$1.141.515 de responsabilidade Casa Bahia e R\$6.973 de responsabilidade compartilhada entre Casa Bahia e Via Varejo (R\$1.202.962 em 31 de dezembro de 2013) na Controladora e no Consolidado. Para dois processos cuja perda é considerada de risco possível, a Sociedade contratou cartas de fiança, junto ao Banco Bradesco, no montante de R\$ 247.920 em 31 de dezembro de 2014 (R\$233.021 em 31 de dezembro de 2013).

Os processos patrimoniais têm como objeto, em massa, execuções fiscais de multas aplicadas por autoridades pelo descumprimento de legislações relacionadas à legalização de imóvel ou obra. A integridade desses processos possuem probabilidades de perdas são consideradas como “possível” e totalizaram, R\$1.659 em 31 de dezembro de 2014 (R\$26.641 em 31 de dezembro de 2013).

Passivos tributários contingentes:

Como mencionado acima, a Sociedade tem outras contingências tributárias que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como “possíveis”, mas não “prováveis”, portanto, não provisionadas, em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Os principais casos tributários estão descritos a seguir:

- *ICMS* – A Sociedade foi citada em processos de cobrança judicial de dívidas com os estados de Goiás e Minas Gerais, onde poderia ter os referidos processos redirecionados a ela, em razão da conduta adotada pelo Fisco em demandas similares, sob o argumento de suposta ocorrência de sucessão de empresas de que a Sociedade adquiriu determinados imóveis no passado. Os processos estão em discussão judicial, cuja perda possível corresponde a R\$ 347.724 em 31 de dezembro de 2014 (R\$308.665 em 31 de dezembro de 2013). Desse valor, R\$15.299 em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão garantidos com Fiança Bancária.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Provisão para demandas judiciais – Continuação

- *Contribuições previdenciárias* – A Sociedade foi citada durante o exercício em processos de cobrança judicial de dívidas com a RFB onde poderá ter os referidos processos redirecionados a ela, em razão da conduta adotada pelo Fisco em demandas similares, sob o argumento de suposta ocorrência de responsabilidade por sucessão de empresa da qual a Sociedade adquiriu determinados imóveis no passado. Os processos estão em discussão judicial, cuja perda possível corresponde a R\$115.158 (R\$104.139 em 31 de dezembro de 2013). Desse valor, R\$15.899 em 31 de dezembro de 2014 estão garantidos com Fiança Bancária.
- *ICMS* – Durante o exercício de 2009, a Sociedade recebeu 28 autos de infração do Estado do Rio Grande do Sul por exigência de tributação do ICMS sobre vendas de serviços de garantia estendida. A Sociedade somente agenciava a venda de serviços de garantia estendida para parceiros comerciais, pelos quais recebia honorários por agenciamento de vendas, e que são considerados negócios jurídicos distintos da venda de mercadorias. Os autos encontram-se em defesa administrativa, cuja perda possível corresponde a R\$58.485 em 31 de dezembro de 2014 (R\$56.682 em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, a Sociedade possui processos tributários cujas perdas são consideradas como remotas, para os quais R\$151.046 em 31 de dezembro de 2014 (R\$136.147 em 31 de dezembro de 2013) estão garantidos com Fiança Bancária.

Depósitos Judiciais:

A Sociedade mantém depósitos judiciais no montante de R\$169.236 na controladora e no consolidado (2013 - R\$213.104 na controladora e no consolidado) garantindo o andamento das causas cíveis e trabalhistas nas quais encontra-se envolvida.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido

O Capital Social subscrito e integralizado da sociedade é de R\$1.953.674 em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$1.953.595), representado por 1.953.674 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma delas.

	Quotas		Reais	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
				Reapresentado
Samuel Klein	434.675	869.265	434.675	869.265
Michael Klein	813.285	813.248	813.285	813.248
Altara RK Limited	135.541	135.541	135.541	135.541
Altara NK Limited	135.541	135.541	135.541	135.541
Twins-CB Limited	434.632	-	434.632	-
	<u>1.953.674</u>	<u>1.953.595</u>	<u>1.953.674</u>	<u>1.953.595</u>

Em 2014 ocorreu a distribuição de dividendos no montante de R\$ 159.785 (R\$166.439 em 2013). Referente aos resultados apurados nos anos de 2012 e 2013 e o saldo ainda não distribuído esta registrado na rubrica "Dividendos a pagar".

21. Receita líquida de locação de imóvel e prestação de serviço

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
				Reapresentado
Locação de imóveis	292.885	249.890	331.657	260.118
Serviços de hangaragem	-	-	847	340
Descontos incondicionais sobre receita	(612)	-	(662)	-
Receita bruta de vendas líquida de descontos incondicionais	<u>292.273</u>	<u>249.890</u>	<u>331.842</u>	<u>260.458</u>
Impostos sobre vendas	(27.036)	(24.081)	(30.738)	(25.076)
	<u>265.237</u>	<u>225.809</u>	<u>301.104</u>	<u>235.382</u>

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013 Reapresentado
Receitas financeiras	48.214	33.884	48.529	34.062
Despesas financeiras	(37.558)	(14.044)	(37.765)	(14.311)
Resultado financeiro, líquido	10.656	19.840	10.764	19.751

23. Cobertura de seguros

A Sociedade adota a política de seguros em níveis considerados suficientes para cobrir os riscos decorrentes de eventuais sinistros contra incêndios, quedas de raio, explosão e roubo, que afetariam as propriedades de investimentos e o ativo imobilizado. O valor contratado de cobertura diretamente pela Sociedade é de R\$70.260 na controladora em 31 de dezembro de 2014. Os locatários dos imóveis da Sociedade possuem obrigações contratuais de contratação de seguros, como previsto nos contratos de locação.

O escopo do trabalho dos nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Sociedade e que a considerou suficiente para cobrir eventuais sinistros.

24. Compromissos

Compromissos decorrentes de implementação da Associação

Na implementação da Associação, em 2010, foram identificados créditos de ressarcimento de ICMS-ST e ICMS próprio identificados extemporaneamente e que não constaram no balanço de abertura de NCB de 30 de junho de 2010. Esses créditos serão utilizados pela Via Varejo (que incorporou a NCB) e, em caso de eventuais perdas específicas decorrentes da utilização dos mencionados créditos, a Sociedade indenizará a Via Varejo.

Da mesma forma, como previsto no acordo de Associação de 2010, a Sociedade tem obrigação de indenizar a Via Varejo por eventuais perdas e danos decorrentes de questões trabalhistas ou previdenciárias relativas a empregados transferidos da Sociedade cujo fato gerador ou origem se dê a partir da data do seu desligamento da Via Varejo.

Casa Bahia Comercial Ltda. e Sociedades Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

24. Compromissos – Continuação

Compromissos decorrentes de implementação da Associação – Continuação

Na medida que a Sociedade recebe notificações, a esse respeito, são aplicados procedimentos de validação e em caso de aceitação, são registradas provisões para fazer jus aos valores cobrados. Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade registrou provisão para pagamento a esse título no montante de R\$ 10.440.

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Sociedade, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Sociedade. A Sociedade possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes, outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Sociedade também mantém investimentos disponíveis para venda e contrata transações com opções de compra e venda de ações. A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração da Sociedade supervisiona a gestão desses riscos. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisão apropriada.

* * *